



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE TRANSPORTE - UTRAN/SELOG/SR/PF/TO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08297.001529/2023-79

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente documento visa levantar os elementos essenciais e analisar a viabilidade, bem como apontar a solução que melhor atende às necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e suas unidades, apresentada por intermédio do Documento de Formalização da Demanda nº 28680563, de acordo com as diretrizes traçadas no artigo 24, § 1º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e demais normas aplicáveis.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo do presente processo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns com dedicação de mão de obra exclusiva sob o regime de execução indireta de limpeza, conservação e higienização das instalações, a serem executados de forma contínua, nas dependências da SR/PF/TO e suas unidades, por meio da realização de atividades complementares necessárias ao bom funcionamento do órgão, possibilitando que a Administração se faça presente ofertando um serviço de excelência aos usuários internos e externos da SR/PF/TO e suas unidades.

2.2. Considerando o disposto no Art. 10, § 7º do Decreto-Lei nº 200/67, segundo o qual: “Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução”;

2.3. Esta análise fundamenta-se nas diretrizes traçadas pela Instrução Normativa n.º 05/2017-MPOG.

2.4. A contratação se faz necessária visto que a empresa atual informou, via e-mail, a intenção de abandonar a prestação de serviço e após esse fato realizaram varias tentativas de contato sem sucesso. Visando evitar interrupção dos serviços procedeu-se a contratação emergencial (processo nº 08297.001379/2023-01).

2.5. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, visto que as atividades desenvolvidas pelos profissionais designados para a contratação pretendida possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.6. Importante ressaltar que o órgão não dispõe das categorias funcionais cuja atribuição coincida com o objeto a ser contratado. Assim, dentre os cargos que integram a estrutura da Polícia Federal, não há cargo com atribuições idênticas ou similares às dos postos de trabalho que se pretende contratar.

2.7. O desafio da Administração Pública moderna é assegurar a qualidade na prestação dos serviços públicos. As atividades realizadas pelo apoio administrativo, apesar de acessórias, permeiam todas as atividades dos servidores desde os administrativos (área meio) até os da área policial (área fim), de forma que a contratação dos serviços demandados darão suporte às atividades finalísticas institucionais, permitindo que estas sejam executadas de forma contínua, eficiente e eficaz.

2.8. Considerando que a contratação de uma empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza e conservação se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação destes serviços nas dependências da unidade da Polícia Federal acima mencionadas. Visa manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos, em caráter permanente, que por sua vez, encontra amparo legal na Portaria nº 443/2018-MPDG, a qual regulamentou o art. 2º do Decreto n.º 9.507/2018, de 21/09/2018, e na Instrução Normativa MPDG nº 05 de 26/05/2017 e suas atualizações.

2.9. O planejamento realizado busca o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros.

2.10. A necessidade da contratação é evidente, haja vista que os serviços a serem contratados são de natureza acessória imprescindível: sem esses importantes serviços auxiliares, resta prejudicada a qualidade do serviço público prestado à população.

3. DA LEGISLAÇÃO

Id	Tipo	Descrição
1	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: TO000015/2023. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO AMBIENTAL E PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - SEAC-TO, CNPJ n. 38.136.727/0001-73, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA DALVA DIOGO DE SOUSA; E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DO TOCANTINS - SEAC-TO, CNPJ n. 08.573.975/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WANDERSON ROCHA ARAUJO. A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) aplicar-se-á a todos os funcionários das empresas de asseio e conservação e limpeza ambiental e, de outros serviços terceirizados, que prestem serviços de manutenção, pintura, restauração e limpeza de fachadas e de obras; estacionamento; dedetização; desinsetização; descupinização; desratização; desinfecção, inclusive de áreas hospitalares; lavagem de carpetes e pisos; limpeza de fossas e de caixas d'água; raspagem e tratamento de tacos, assoalhos e outros pisos; portaria e controles de acessos; manutenção elétrica e hidro-sanitária; condução de embarcações e veículos; leitura e cadastramento de medidores; operação de equipamentos de serraria, de marcenaria e de carpintaria; garagistas; manobristas e cozinheiros; copa, garçom, comin, cozinha, lavanderia e camareira; condução de elevadores; carga e descarga; mensageiros/Office-boys; zeladoria; de mão de obra terceirizada; serviços administrativos e asseio e conservação de unidades sócio educativas, com abrangência territorial em TO.

2	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
3	LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação dos Serviços Terceirizados tem por objetivo a manutenção contínua e ininterrupta das diversas atividades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins e suas unidades, garantindo todas as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades do órgão.
- 4.2. Em relação à natureza dos serviços, são classificados como comuns de natureza continuada (contratação de mão de obra com dedicação exclusiva), se enquadrando nos pressupostos da IN 05/2017-MPOG.
- 4.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global por grupo de itens.
- 4.4. A contratação dos serviços abrange os seguintes requisitos básicos:
- 4.4.1. Contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;
- 4.4.2. Alocação de empregados observando as descrições dos cargos e as atribuições e exigências legais;

DESCRIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DOS CARGOS

SERVENTE DE LIMPEZA (CBO 5143-20)		
Descrição Sumária	Realiza limpeza e higienização nas dependências da SR/PF/TO e suas unidades.	
Atribuições	<ul style="list-style-type: none">Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo;Executar os serviços de limpeza dos prédios, pátios, escritórios, instalações, salas de aula;Outras atividades relacionadas ao cargo.	
Requisitos	Jornada de Trabalho	44 horas semanais
	Grau de instrução	Ensino fundamental completo ou experiência na função.
	Habilidade	<ul style="list-style-type: none">Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.
	Atitudes	<ul style="list-style-type: none">Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

- 4.4.3. Cumprimento de jornada de trabalho semanal de 44 horas pelos empregados, no período de segunda-feira a sexta-feira. Poderá ser solicitada a presença de postos de trabalho em finais de semana, feriados e demais dias sem expediente, em razão de necessidade excepcional de serviço com a respectiva compensação de jornada para o trabalhador, na forma da legislação vigente, sob controle da empresa contratada;
- 4.4.4. Excepcional realização de horas extras pelos empregados somente mediante prévia autorização da autoridade competente do contratante e prévio acordo com a contratada, com compensação obrigatória até o mês seguinte ao da sua realização, sendo proibida a remuneração;
- 4.5. Os funcionários precisarão estar uniformizados e identificados com crachás e a prestadora de serviços a ser contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços, devendo-se ser aprovado previamente pela SR/PF/TO;
- 4.5.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ITEM	QUANTIDADE	REPOSIÇÃO
Calça Comprida feminina/masculina (com tecido e confecção adequados)	04 (por colaborador)	ANUAL
Camiseta manga curta masculina/feminina (com tecido e confecção adequados)	04 (por colaborador)	ANUAL

Camiseta manga longa masculina/feminina (com tecido e confecção adequados)	02 (por colaborador)	ANUAL
Calçado tipo bota (par) em material resistente.	02 (por colaborador)	ANUAL
Meias (pares)	04 (por colaborador)	ANUAL

4.6. A empresa deve disponibilizar os equipamentos abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VIDA UTIL ESTIMADA (meses)	QTDE PALMAS	QTDE ARAGUAINA
1	Aspirador de pó/água, potência mínima 1.400W, com sopro de ar, filtro, reservatório de 14L ou superior, selo procel A.	60	1	-----
2	Aparador para grama - roçadeira, potência 1700W, rotação 12300 rpm, gasolina.	60	1	-----
3	Carrinho de mão pneu com câmara	60	1	1
4	Enxada com cabo	60	3	1
5	Enceradeira industrial, 1 base de madeira, 1 disco abrasivo, 1 escova nylon, medida: 350mm, motor 3/4hp, antichoque, trava de segurança, rodas fortiprene alta durabilidade, 220v	60	1	1
6	Escada de 04 metros articulada	60	1	1
7	Escada de alumínio, contendo 07 degraus articuláveis, antiderrapante.	60	1	1
8	Lavadora alta pressão profissional, na voltagem 220v, pressão mínima de 1600 libras vazão 360l/h, em polipropileno, com carrinho de transporte, alça, aplicador de detergente integrado, auto escova, bico lança com jato leque e concentrado, potencia mínima 1600w, função autostop.	60	1	1
9	Mangueira jardim tipo emborrachada ½, comprimento mínimo de 50 metros.	24	2	2
10	Pá grande, material aço, cabo madeira	60	1	1
11	Rastelo para grama	24	4	1
12	Tesoura para grama	60	2	1
13	Carro Funcional Limpeza, especificações mínimas: 03 prateleiras, 04 baldes, saco funcional e tampa. Comprimento x Largura x Altura: 114 cm x 48 cm x 96 cm	60	6	2

- Materiais e EPIs

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE PALMAS SEMESTRAL	QTDE ARAGUAINA SEMESTRAL
1	Abafador para ruídos em formato de concha, regulável, com nível de redução de ruídos acima de 85DB	6	-----
2	Balde plástico c/ alça de arame galvanizado - 12 Litros	12	4
3	Bico para mangueira 1/2 em aço, tipo pistola	4	2
4	Chapéu com proteção para nuca	6	2
5	Desentupidor de pia, cabo de madeira ou plástico, comprimento do cabo: 20cm	2	1
6	Desentupidor de vaso sanitário em borracha; cabo em madeira; comprimento do cabo: 50cm	2	1
7	Escova sanitária	6	2
8	Escova de Nylon (de mão)	6	2

9	Espanador de pó	6	2
10	Luva de tecido (malha pigmentada) – par	6	2
11	Óculos de proteção	6	2
12	Pá plástica coletora de lixo, mínimo 16x18, cabo 80cm	6	2
13	Rodo (40 cm com cabo) - 02 borrachas	6	2
14	Rodo (60 cm com cabo) - 02 borrachas	6	2
15	Vassoura piaçava (ou similar), cerdas de nylon chapa com capa e cabo revestido em plástico com no mínimo 120 cm de comprimento.	6	2
16	Vassoura Gari, comprimento do cabo: 150cm.	6	2
17	Vassoura de Pelo 40 cm, com cabo madeira. Material Cepo: madeira, material cerdas: nylon, cabo de madeira com comprimento de 1,20 m, comprimento Cepo: 40 cm, aplicação: limpeza em geral, características adicionais: com cabo perfeitamente reto lixado e recoberto com capa plástica.	6	2
18	Vassoura para limpeza de teto, tipo vasculho, cerdas de sisal, cabo de madeira de 1,70 m.	6	2

- Insumos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/REFERÊNCIA	QTDE MENSAL PALMAS	QTDE MENSAL ARAGUAINA	UNIDADE DE MEDIDA
1	Água sanitária de 1ª qualidade (Hipoclorito de sódio) concentrada com registro na ANVISA – Galão c/ 05 Litros.	Q-Boa ou similar	6	2	GL
2	Álcool etílico 92,8% - 01 Litro.	-	30	10	LT
3	Desinfetante líquido concentrado de uso geral, Galão c/ 05 Litros.	Pinhosol ou similar	6	2	GL
4	Detergente líquido concentrado de uso geral, Galão c/ 05 Litros.	Veja ou similar	6	2	GL
5	Detergente líquido tipo lava louças - Frasco de 500 ml.	Limpol, Ipê ou similar	24	8	FR
6	Desodorizador sanitário, tipo pastilha adesiva.	-	60	20	UNID.
7	Desodorizador de ar, aromatizante de ambientes - frasco com 360 ml, não agressivo a camada de ôzônio.	Bom Ar ou similar	24	8	FR
8	Esponja dupla face - 110 x 75 mm x 20 mm.	3M ou similar	24	8	UNID.
9	Esponja de aço – pacote c/ 08 unidades.	Bombril ou similar	6	2	PCT
10	Flanela - 60 x 60 cm.	-	30	8	UNID.
11	Limpa vidro líquido – 500 ml	Veja ou similar	10	10	FR
12	Limpa Alumínio – frasco de 500 ml.	-	6	2	FR
13	Limpador multiuso, desengordurante e bactericida - Frasco 500 ml.	Veja ou similar	12	4	FR
14	Luva de borracha, antiderrapante.	Sanro ou similar	24	8	PAR

15	Pano multiuso, de pia - pacote com 05 unidades	Perflex ou similar	6	2	PCT
16	Pano de chão, tipo saco, algodão cru, cor branco, lavado e alvejado - aproximadamente 70 x 45 cm.	-	30	8	UNID.
17	Saco de lixo de 200 litros, com solda contínua, cor preta, aproximadamente 92 x 105 cm - fardo com 100 unidades.	-	2	2	FD
18	Saco de lixo de 100 litros, com solda contínua, cor preta, aproximadamente 75 x 105 cm - fardo com 100 unidades.	-	3	2	FD
19	Saco de lixo de 40 litros, cor preta, aproximadamente 60 x 60 cm – fardo com 100 unidades.	-	4	2	FD
20	Sabão em Barra de 1º qualidade 100% biodegradável com Registro ANVISA – pacote com 05 unidades.	Brilhante ou similar	6	2	PCT
21	Sabão em pó 100% biodegradável com Registro ANVISA – caixa de 01 kg.	Brilhante ou similar	6	2	KG

4.7. O contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do PARECER nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017;

- 4.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- 4.9. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
- 4.10. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;
- 4.11. Dimensionar corretamente a quantidade de postos de trabalho e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;
- 4.12. O serviço que se objetiva contratar é de natureza continuada em face de sua essencialidade enquanto atividade acessória às finalidades institucionais do Órgão;
- 4.13. A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI /MPOG n.º 01, de 19/01/2010;
- 4.14. Os funcionários de todos os cargos deverão possuir formação escolar básica compatível com a natureza do serviço a ser prestado.
- 4.15. Para a execução do serviço, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações – CBO e Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente.
- 4.16. Prestar o serviço com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05/2017, à Convenção Coletiva da Categoria, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis.
- 4.17. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a seguinte:

SERVIÇO	CÓDIGO
Servente de Limpeza	CBO-5143-20

- 4.18. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 4.19. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência e Contrato.
- 4.20. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.21. O Termo de Referência e o contrato tratarão de detalhar aspectos específicos e necessários à boa execução dos serviços contratados, definindo com clareza as responsabilidades, bem como as condições indispensáveis à prestação adequada dos serviços, inclusive no que se refere ao compromisso de confidencialidade em virtude de eventual acesso a informação privilegiada.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que as atividades que se visa contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.2. O perfil da demanda requerida pela Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e de suas unidades para os serviços de de limpeza, conservação e higienização das instalações exige que seja prestado com fornecimento de mão de obra, pois não seria razoável que o serviço fosse prestado sob a sistemática de acionamentos em datas determinadas uma vez que há contínua necessidade dos serviços a serem contratados.

5.3. Pelo exposto, a contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços a serem contratados justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.

5.4. A pesquisa de preços foi realizada considerando os critérios fixados pela IN 65/2021-SEGES/ME, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente."

5.5. Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço, em observância ao disposto na IN n.º 65/2021

5.6. A contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização das instalações com dedicação exclusiva de mão de obra está atrelada às condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho específica, a qual varia de localidade para localidade, não sendo possível comparar valores de outras contratações realizadas sob as condições de CCTs diversas.

5.7. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constarão no Item **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**.

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. A solução apontada pelo presente estudo abrange a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização das instalações para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins em Palmas/TO e suas unidades.

6.2. As informações dispostas neste estudo e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos

6.3. Os serviços especificados neste Estudo Técnico Preliminar serão executados sob o regime de 44 horas semanais, de acordo com as rotinas fixadas no Termo de Referência.

6.4. A contratação do serviço será através de pregão eletrônico, regido pela Lei nº 14.133, de 01 abril de 2021, pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e demais legislação aplicável.

6.5. O fornecimento de mão de obra exclusiva segue uma série de parâmetros definidos em Termo de Referência, tais como qualificação técnica, experiência comprovada em carteira e lista de atribuições relativas ao cargo constantes na CBO.

6.6. Importante ressaltar a necessidade de agrupamento de alguns itens por lote, posto que não é economicamente vantajoso para a Administração, tampouco viável operacionalmente, a contratação de várias empresas para o mesmo objeto.

7. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. A quantidade de postos estimada é a seguinte:

GRUPO 1			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Serviço de limpeza e conservação com adicional de periculosidade. Regime de trabalho	Metro quadrado	5.273,83 m²

	de 44h semanais em Palmas-To.		
2	Serviço de limpeza e conservação sem adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais em Palmas-To.	Metro quadrado	3.414,07 m²
3	Serviço de limpeza e conservação com adicional de periculosidade. Regime de trabalho de 44h semanais em Araguaína-To	Metro quadrado	1.856,59 m²

- 7.1.1.

O serviço especificado no item 1 e 2 serão prestados no município de Palmas/TO na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins (SR/PF/TO) e no depósito.
- 7.1.2.

O serviço especificado no item 3será prestado no município de Araguaína/TO na Delegacia de Polícia Federal (DPF/AGA/TO);

8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1.

Os preços de referência foram estimados de acordo com a seguinte metodologia:
- 8.2.

O valor estimado da contratação foi obtido mediante elaboração da Planilha de formação de preços nos moldes da IN 05/2027 (SEI 31198815) de acordo com os seguintes critérios:
- 0.0.1.

Convenções Coletivas celebradas entre o SEAC X SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO AMBIENTAL E PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS 2023 (SEI 28903930)
- 0.0.2.

Pesquisa de preços do insumo, uniformes e equipamentos (SEI nº31198825 e 31171054)
- 0.1.

De posse destes preços de mercado, obtivemos o valor médio total para a contratação de **R\$ 33.241,21 (trinta e três mil duzentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos) mensal, de R\$ 398.894,49 (trezentos e noventa e oito mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) anual e de R\$ 1.994.472,48 (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos)** para 60 (sessenta) meses.

9. **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

- 9.1.

Para atingir a finalidade administrativa almejada, fez-se necessário dividir a solução em 3 (três) itens, de acordo com o objeto da execução dos serviços, que, no entanto, serão agrupados em grupo único, para fins de Sessão Pública do Pregão, vez que trata-se de uma única categoria, bem como torna mais atrativa a participação das empresas da disputa, além de propiciar maior eficiência na Gestão e Fiscalização Contratual.
- 9.2.

Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica para executar os serviços previstos nos grupos proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa.
- 9.3.

Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o caso dos presentes autos. Veja-se:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização.

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a “possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais”. Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que “jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao contratante”. Acrescentou ainda que “conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer potencial vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade”, sendo “intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos”. E arrematou o Sesi/SP: “O certame teve ampla divulgação, conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados”, além do que “a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços”. Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou “razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.”. Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: “(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”. O colegiado anuiu ao entendimento do relator. [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho.Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões”.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

- 10.1.

Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. **ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

- 11.1.

A pretendida contratação está aprovada no PGC 2023 sob o DFD nº 013

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**
- 12.1. O resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom andamento dos serviços prestados pela SR/PF/TO e suas unidades, por meio de atividades acessórias ou complementares necessárias ao suporte às atividades administrativas.
- 12.2. Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa e também para a gestão inteligente de recursos humanos e financeiros, contribuindo para a atividade finalística da SR/PF/TO.
- 12.3. Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos, espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois desse modo não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao Órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar sua força de trabalho para outras atividades institucionais.
- 12.4. Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.
- 12.5. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e suas unidades necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades com ganho de eficiência e celeridade nos processos administrativos, bem como otimização de recursos humanos, focado na atividade fim.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- 13.1. Composição de equipe para fiscalização e gestão contratual, após a finalização da licitação.

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO**

- 14.1. As empresas deverão atender, em especial, as normas de sustentabilidade previstas na Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10936/2022 e pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, além de outras específicas ao serviço prestado.
- 14.2. As empresas contratadas devem adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.
 - c) observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - d) forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - e) realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - f) realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022.
 - g) respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - h) preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente. P
 - i) Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).
- 14.3. As empresas contratadas deverão adotar as seguintes providências:
- a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.
 - a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.
 - b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
 - c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros)
 - d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

15. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Assim, diante do exposto, entendemos ser RAZOÁVEL e VIÁVEL a contratação da solução demandada.

16. **IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Responsável pela Demanda	GESNEY FERREIRA FOLHA
Membro Equipe de Planejamento da Contratação	GESNEY FERREIRA FOLHA
	MIRIAM CRISTIANE JUWER
Integrante Administrativo	BRAULIO LENO DE SÁ BEZERRA

Ciente e de acordo.

HUGO CESAR DE OLIVEIRA
Agente de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/TO

Estou ciente e aprovo o presente Estudo Preliminar

(Assinado Eletronicamente)
REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Tocantins



Documento assinado eletronicamente por **HUGO CESAR DE OLIVEIRA, Chefe de Setor**, em 23/10/2023, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA, Superintendente Regional**, em 23/10/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM CRISTIANE JUWER, Agente Administrativo(a)**, em 23/10/2023, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO LENO DE SA BEZERRA, Agente de Polícia Federal**, em 23/10/2023, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32059392&crc=9E339370.
Código verificador: **32059392** e Código CRC: **9E339370**.